



Contribuições à Implementação do Compromisso de Lima





Esta publicação foi possível graças ao generoso apoio do Ministério de Assuntos Globais do Governo do Canadá (GAC, sigle em inglês).

Publicado em maio de 2022.

ÍNDICE

O ParlAmericas no Sistema Interamericano.....	4
O Papel do Poder Legislativo na implementação do Compromisso de Lima	4
A Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas e os esforços anticorrupção antes da VIII Cúpula das Américas	5
Compromissos de Lima atendidos por meio do trabalho do ParlAmericas.....	6
Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas: Trabalho Empreendido para Avançar no Compromisso de Lima.....	8
A Pandemia do COVID-19 como Acelerador da Transformação Digital nos Parlamentos.....	10
Inclusão e participação cidadã	11
Igualdade de gênero	12
Gestão Efetiva de Recursos Públicos em Resposta a Desastres	13
Considerações finais	14

O ParlAmericas no Sistema Interamericano

As origens da conexão entre os parlamentos nacionais e a Cúpula das Américas remontam à Primeira Cúpula de 1994, na qual foi adotado o Plano de Ação de Miami. O Plano de Ação reconhece a necessidade de promover oportunidades para o intercâmbio de experiências entre as instituições democráticas dos Estados membros da OEA, particularmente entre seus órgãos legislativos, e reconhece o valor da diplomacia interparlamentar no sistema interamericano.

O ParlAmericas, anteriormente conhecido como Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA, foi criado pelos parlamentos nacionais das Américas e do Caribe em 2001 para coincidir com a Terceira Cúpula das Américas, na cidade de Quebec. De acordo com a Resolução 1673/99 da Assembleia Geral da OEA, o objetivo da formação do ParlAmericas era promover a participação parlamentar no sistema interamericano e fomentar o diálogo interparlamentar sobre questões de importância para o hemisfério.

Os parlamentos desempenham um papel crítico na implementação bem-sucedida dos compromissos políticos que emergem da Cúpula das Américas. Muitos dos mandatos adotados pelos governos têm implicações para o Poder Legislativo. Os parlamentos são chamados a ratificar os acordos interamericanos e a harmonizá-los com a legislação nacional. Por meio do processo de aprovação do orçamento anual, os parlamentos são solicitados a aprovar alocações para diferentes órgãos do governo para implementar políticas relacionadas. Por meio de suas funções representativas, as e os parlamentares se envolvem diretamente com os constituintes, trazem as preocupações cidadãs para os processos de tomada de decisão e, informam a cidadania sobre como suas vidas serão impactadas pelas políticas nacionais e pelos acordos internacionais.

Por 20 anos, o ParlAmericas exerce seu mandato convocando representantes de seus parlamentos membros sobre questões regionais que coincidem com os temas abordados nos processos de Cúpulas das Américas. As e os parlamentares se reúnem por meio do ParlAmericas para fortalecer sua base de conhecimento e trocar boas práticas relevantes, com base no diálogo político cooperativo. Para cada Cúpula das Américas desde a realizada na cidade de Quebec, o ParlAmericas empreendeu atividades para envolver as e os parlamentares no processo da Cúpula.

A importância do multilateralismo e da promoção da colaboração, cooperação e coordenação entre os poderes de governo no mais alto nível do Sistema Interamericano é particularmente evidente no complexo contexto político atual, caracterizado por sérios desafios à governabilidade democrática, polarização política, desigualdades sociais e desconfiança dos cidadãos em relação às instituições. Além disso, crises globais sobrepostas, incluindo a mudança climática e as consequências sociais e econômicas da atual pandemia de COVID-19, tiveram consequências terríveis para o desenvolvimento do hemisfério. Enfrentar essas crises transnacionais requer ação urgente e coordenada entre os tomadores de decisão.

Enquanto os preparativos são feitos para a IX Cúpula das Américas, a ser realizada em Los Angeles, Estados Unidos, de 6 a 10 de junho de 2022, este relatório serve como uma ferramenta de prestação de contas para os parlamentos membros do ParlAmericas e para a comunidade interamericana. Também apresenta o trabalho realizado por meio do ParlAmericas para avançar na implementação do [Compromisso de Lima: Governança democrática diante da corrupção](#), adotado na VIII Cúpula das Américas em Lima, Peru. Este trabalho envolve o desenvolvimento de recursos de conhecimento sob medida para parlamentares e, a convocação de sessões interparlamentares sobre temas centrais para o Compromisso de Lima, a fim de promover o diálogo político hemisférico que se traduz em ação legislativa produtiva no nível nacional.

O Papel do Poder Legislativo na implementação do Compromisso de Lima

Na preparação para a VIII Cúpula, o ParlAmericas apresentou [recomendações preliminares](#) ao Grupo de Revisão da Implementação da Cúpula (GRIC) para informar as negociações do Compromisso de Lima, que se concentrou nos esforços anticorrupção.

Um desafio premente para o hemisfério, a corrupção não apenas impede o investimento adequado de recursos públicos, mas também aprofunda as desigualdades econômicas e sociais, mina a confiança nas instituições e fomenta o descontentamento

social e a polarização política. A luta contra a corrupção requer esforços conjuntos para fortalecer e priorizar uma cultura de integridade pública envolvendo todos os atores da sociedade.

O Compromisso de Lima ressalta que a prevenção e o combate à corrupção são essenciais para fortalecer a democracia e o estado de direito no hemisfério. É uma ferramenta central que, somada a outros instrumentos, como a [Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção](#) (CNUCC - em espanhol) e a [Convenção Interamericana contra a Corrupção](#) (CICC - em espanhol), aborda a corrupção como um fenômeno multidimensional e complexo, intrinsecamente relacionado aos desenvolvimento sustentável a nível económico, político e social.

As funções parlamentares desempenham um papel vital na implementação dos acordos anticorrupção estabelecidos no Compromisso de Lima e no alinhamento desses acordos com as estruturas legais nacionais. Os parlamentares elaboram e debatem leis, aprovam orçamentos nacionais e fornecem supervisão para garantir o desempenho ideal das intervenções do governo; essas funções podem ser fundamentais para garantir que as políticas públicas destinadas a combater a corrupção sejam implementadas de forma eficaz e em conformidade com os diferentes acordos e disposições nacionais e internacionais adotados por cada país.

O [3º Encontro da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas](#), organizado pelo Congresso da República do Peru, foi realizado de 11 a 12 de abril de 2018 como a reunião parlamentar oficial da VIII Cúpula das Américas, onde uma [declaração](#) (em espanhol), com compromissos para promover a governança democrática contra a corrupção, foi aprovado pelas delegações parlamentares convocadas. Este engajamento parlamentar e sua declaração resultante são mencionados no Compromisso de Lima (*Compromisso 53*).

A Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas e os esforços anticorrupção antes da VIII Cúpula das Américas



Compromissos de Lima atendidos por meio do trabalho do ParlAmericas

Compromisso	Descrição
	Compromisso 1: Fortalecer as instituições democráticas de prevenção e combate à corrupção no Hemisfério, garantindo que as autoridades competentes tenham as garantias necessárias para o bom desempenho de suas funções.
	Compromisso 5: Promover campanhas de sensibilização e participação cidadã para a prevenção e participação na luta contra a corrupção e a impunidade e sobre as ferramentas disponíveis para enfrentar e combater a corrupção.
	Compromisso 6: Reconhecer as contribuições positivas dos povos indígenas e seus valores e princípios tradicionais, e as contribuições das comunidades afrodescendentes para melhorar a eficiência, eficácia e transparência da administração pública e sensibilizar para o combate à corrupção.
	Compromisso 7: Promover a equidade e igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres como objetivo transversal de nossas políticas anticorrupção, por meio de uma força-tarefa sobre liderança e empoderamento das mulheres que promoverá ativamente a cooperação entre instituições interamericanas e sinergias com outras agências internacionais.
	Compromisso 10: Promover a adoção de medidas para prevenir conflitos de interesse, bem como a apresentação pública de demonstrações financeiras por agentes públicos, conforme o caso.
	Compromisso 11: Impulsionar códigos de conduta para funcionários públicos que contenham elevados padrões de ética, honestidade, integridade e transparência, tendo como referência as “Diretrizes para a Gestão de Políticas de Probidade nas Administrações Públicas das Américas” e instar o setor privado a desenvolver códigos de conduta semelhantes.
	Compromisso 13: Continuar a fortalecer as medidas ou sistemas nacionais anticorrupção e melhorar as condições para a participação efetiva da sociedade civil, organizações sociais, academia, setor privado, cidadãos e outros atores sociais no monitoramento do desempenho do governo, incluindo o desenvolvimento de mecanismos de prevenção, canais de denúncia de possíveis atos de corrupção e facilitação do trabalho de vigilantes, incluindo outros mecanismos de fiscalização cidadã, e incentivo à adoção de meios digitais de participação.

Compromisso**Descrição**

Compromisso 14: Promover e/ou fortalecer a implementação de políticas e planos nacionais e, conforme o caso, planos subnacionais nas áreas de governo aberto, governo digital, dados abertos, transparência fiscal, orçamento aberto, sistemas de compras digitais, contratação pública e registro público de fornecedores estatais, considerando para isso a participação da sociedade civil e demais atores sociais.



Compromisso 16: Implantação e/ou fortalecimento de órgãos responsáveis pela transparência e acesso à informação pública, com base nas melhores práticas internacionais aplicáveis.



Compromisso 17: Promover o uso de novas tecnologias que facilitem o governo digital para promover a transparência, a interação com os cidadãos e a prestação de contas, por meio do desenvolvimento de ferramentas para identificação, detecção, sistematização e monitoramento dos procedimentos governamentais e, para isso, fortalecer a cooperação e intercâmbio de melhores práticas no desenvolvimento e aplicação de tais tecnologias.



Compromisso 21: Promover a adoção e/ou fortalecimento das medidas legislativas necessárias para criminalizar os atos de corrupção e delitos correlatos, de acordo com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (CNUCC), a Convenção das Nações Unidas sobre o Crime Organizado Transnacional e o Convenção Interamericana contra a Corrupção (CICC).



Compromisso 27: Promover o uso de sistemas digitais para compras governamentais e contratação de serviços e obras públicas, de forma a garantir a transparência, a prestação de contas, o controle cidadão e a efetiva prestação de contas.



Compromisso 31: Promover a transparência na gestão das infraestruturas e dos recursos públicos alocados para garantir a resiliência ao desastre, incluindo a referida plataforma de infraestruturas, de forma a melhorar a resposta a emergências e projetos de prevenção, mitigação, recuperação e reconstrução e, para o efeito, promover a coordenação por meio da Plataforma Regional para a Redução do Risco de Desastres nas Américas.



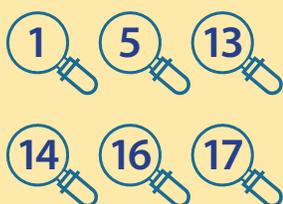
Compromisso 55: Agir de forma que as medidas de seguimento decorrentes do Compromisso de Lima promovam o avanço da equidade e igualdade de gênero e o empoderamento da mulher no Hemisfério.

Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas: Trabalho Empreendido para Avançar no Compromisso de Lima

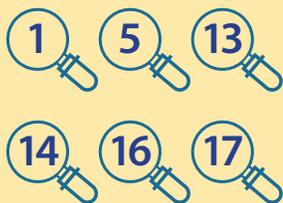
Em sua primeira cláusula, o Compromisso de Lima preconiza o fortalecimento das instituições democráticas no Hemisfério como requisito central para prevenir e combater a corrupção (*Compromisso 1*). A Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas (RPA), estabelecida em 2015 por parlamentares das Américas e do Caribe, tem trabalhado para cumprir esse compromisso desde a sua criação. O ParlAmericas RPA emergiu como o principal espaço no hemisfério para o diálogo interparlamentar e colaborações para apoiar os parlamentos nacionais no avanço das ações de parlamento aberto.

Conforme definido no [Roteiro para a Abertura Legislativa 2.0](#), os quatro pilares do parlamento aberto – transparência e acesso à informação pública; prestação de contas; participação pública; e ética e probidade – não estão intrinsecamente ligadas ao fortalecimento institucional dos legislativos. Os pilares do parlamento aberto também são críticos para moldar estruturas regulatórias eficazes e estabelecer ambientes propícios para o avanço dos esforços nacionais anticorrupção.

Desde a XIII Cúpula das Américas, o ParlAmericas RPA empreendeu as seguintes atividades regionais para promover o progresso do Compromisso de Lima:



Em 2018, a [Ferramenta de Compromisso de Parlamento Aberto do ParlAmericas](#) foi lançada durante o Encontro da RPA realizado no âmbito da Cúpula de Lima. Esta plataforma online permite que os parlamentares visualizem e comparem os compromissos assumidos pelas legislaturas para promover ações parlamentares abertas e usar essas informações para acompanhar os compromissos de seus governos.



Em 2019, a Rede de Funcionárias e Funcionários Parlamentares sobre Parlamento Aberto foi lançada para criar um espaço dedicado à troca de experiências de parlamento aberto e boas práticas que os funcionários legislativos estão apoiando em seus respectivos parlamentos, reconhecendo o papel crucial dos funcionários parlamentares em garantir a sustentabilidade e o avanço efetivo da agenda do parlamento aberto a nível institucional. Fóruns anuais da rede de funcionários parlamentares foram realizados a cada ano ([2019](#), [2020](#), [2021](#), [2022](#)).

10

Em 2019, o 4º Encontro da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas: [Além dos Muros do Parlamento: Fortalecendo a Supervisão Parlamentar](#), reuniu parlamentares de todas as Américas e Caribe para discutir o fortalecimento da supervisão parlamentar para promover a abertura e combater a corrupção. A reunião culminou com a adoção de uma [declaração](#) (em espanhol) para orientar a ação parlamentar, incluindo compromissos para:

- ✓ Melhorar a legislação nacional e extraterritorial para fortalecer os sistemas de combate à lavagem de dinheiro
- ✓ Estabelecer registros públicos nacionais para garantir a transparência em relação aos beneficiários efetivos de ativos, corporações e entidades financeiras
- ✓ Facilitar a troca de informações sobre impostos, lavagem de dinheiro e suborno, em colaboração com o setor privado
- ✓ Promover, no âmbito das suas competências, os mais elevados padrões éticos, reforçando os mecanismos de controlo parlamentar para garantir as boas práticas na contratação e contratação pública e na utilização dos recursos públicos, assegurar a transparência no financiamento político para a identificação e prevenção de conflitos de interesse, e manter órgãos de supervisão robustos e independentes

21

27

1 5 14

Em maio de 2019, o [Dia do Parlamento Aberto e Componente Parlamentar da Cúpula Global da Parceria para Governo Aberto](#) reuniram parlamentares das Américas e do Caribe, bem como delegações da África e da Ásia, em Ottawa, Canadá, para trocar experiências e boas práticas para avançar medidas governamentais de parlamento aberto.

1 13

Em 21 de agosto de 2020, foi realizada uma reunião interparlamentar virtual sobre o [fortalecimento das respostas de controle da pandemia de COVID-19](#).

1 5
11 14

Em novembro de 2020 e janeiro de 2021, foram realizadas sessões virtuais para legisladores centro-americanos. Oferecido em colaboração com o Instituto Democrático Nacional (NDI, sigla em inglês), sobre [Experiências de Modernização Legislativa na América Latina](#), incluindo sessões sobre o avanço de iniciativas de parlamento aberto para transparência, responsabilidade, dados abertos, integridade pública e participação cidadã.

16

Em maio de 2021, foi realizado um [webinar](#) em colaboração com a OEA, a Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA) e EUROsociAL+, sobre a Lei Modelo Interamericana 2.0 de Acesso à Informação Pública para os Parlamentos das Américas e do Caribe.

1

Em março de 2022, o 6º Encontro da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas: [A integridade importa: Construindo democracias mais sólidas](#); convocou legisladores de todas as Américas e do Caribe para discutir o estabelecimento e o fortalecimento de estratégias e estruturas sólidas de integridade pública como uma resposta sustentável para combater a corrupção e seus efeitos culminando com a adoção de uma declaração para orientar a ação parlamentar, incluindo compromissos para:

7

✓ Promover a adoção e o aperfeiçoamento de códigos de conduta dos servidores públicos em todo o aparelho do Estado de acordo com os mais elevados padrões de ética, probidade e transparência.

10

✓ Promover o fortalecimento dos princípios de transparência e participação cidadã em todas as fases do processo político e do ciclo de desenvolvimento de políticas públicas, de forma que os processos de prestação de contas sejam fortalecidos e o interesse público seja priorizado.

11

✓ Incorporar perspectivas de gênero no desenho de estratégias nacionais de integridade pública para garantir que considerem as diferentes experiências e necessidades de todos os membros da população na luta contra a corrupção.

13

✓ Promover a adoção ou fortalecimento de leis e disposições sobre gestão de lobby para estabelecer um registro público de lobistas, incluindo indivíduos e organizações nacionais e internacionais.

✓ Defender o fortalecimento dos mecanismos estabelecidos para a proteção do denunciante e o reforço da legislação nacional existente para incentivar tanto os cidadãos quanto os funcionários públicos a denunciar atos que violem os padrões de integridade pública e afetem o interesse público.

A Pandemia do COVID-19 como Acelerador da Transformação Digital nos Parlamentos

17

A pandemia COVID-19 atuou como um catalisador para a modernização digital do trabalho parlamentar. Ele expôs muitas deficiências globalmente com relação aos sistemas ou procedimentos necessários para se adaptar com sucesso ao trabalho parlamentar remoto ou híbrido.

Publicações do ParlAmericas sobre Parlamento Aberto

[Participação Cidadã no Processo Legislativo](#)

[Caixa de Ferramentas para a Transparência Legislativa](#)

[Fortalecendo a prestação de contas através da transparência fiscal: um conjunto de ferramentas para parlamentares nas Américas e no Caribe](#)

[A importância do controle político parlamentar durante a pandemia COVID-19](#)

[Roteiro para a Abertura Legislativa 2.0](#)

ORGANIZANDO SESSÕES PARLAMENTARES VIRTUAIS

Este infográfico fornece dicas gerais para os parlamentos que estão em transição para as sessões plenárias e reuniões de comissões virtuais, com base em padrões internacionais e na experiência dos parlamentos que realizaram com êxito essas sessões remotas, incluindo o Congresso Nacional do Brasil, a Assembleia Nacional do Equador e o Congresso Nacional do Chile.

Habilitando o acesso remoto a documentos

O acesso remoto à rede, dados e sistemas do parlamento pode permitir que as e os funcionários e assessores parlamentares continuem apoiando à distância aos parlamentares, a administração de sessões plenárias e reuniões de comissões e outros serviços parlamentares.

Rede Virtual Privada (VPN, sigla em inglês): Fornece uma comunicação segura entre os membros de um grupo por meio do uso da infraestrutura de telecomunicações pública.

Serviços de Armazenagem de Arquivos: Oferece aos usuários a capacidade de fazer upload de arquivos que podem ser acessados pela internet.

Servidores baseados em Nuvem: Fornece uma infraestrutura física ou virtual que armazena aplicativos e processamentos de informações.

Máquina virtual: Fornece a mesma funcionalidade que um computador físico, possui a capacidade de executar aplicativos e possui um sistema operacional.

Protocolo de área de trabalho remota (RDP, sigla em inglês): Fornece acesso remoto a um computador, dando acesso a documentos seguramente armazenados e copiados em um local remoto, como o Congresso.

Software parlamentar próprio: Os parlamentos já podem ter ou criar seu próprio mecanismo para esse fim, que pode ser combinado com uma VPN, sistema de gerenciamento de documentos, servidor de armazenagem de arquivos ou protocolo de área de trabalho remota.

- Brasil:** O aplicativo da Câmara dos Deputados "InfoLeg", que fornece informações públicas sobre as atividades legislativas da Câmara, foi modificado para dar aos parlamentares acesso privado a funcionalidades adicionais, incluindo acesso a documentos de sessões. Para obter acesso, um dispositivo móvel deve ser registrado na intranet da Câmara usando um código de identificação exclusivo gerado após a instalação do aplicativo.
- Chile:** A mesa digital da Câmara das Deputadas e dos Deputados "Pupitre Electrónico" foi habilitada para uso remoto, usando uma VPN por meio de um aplicativo ou on-line.
- Equador:** A mesa digital da Assembleia Nacional "Curul Electrónica" está em uma intranet que pode ser acessada remotamente com um login pessoal e usando um protocolo de área de trabalho remota (AnyDesk). O Sistema de Gerenciamento de Documentos (DTS 2.0) fornece acesso aos documentos.
- Argentina:** A Câmara dos Deputados está usando o Microsoft Teams para continuar as reuniões internas e compartilhar arquivos de trabalho.

Permitir e desenvolver uma certificação de assinatura eletrônica pode facilitar o compartilhamento e a criação de documentos, bem como o rastreamento de modificações, garantindo, também, a segurança e a legalidade dos documentos oficiais.

Publicada no 1 de maio de 2020. O ParlAmericas não endossa nenhuma das plataformas e softwares mencionados neste documento.

No início da pandemia, em 2020, o ParlAmericas apoiou o intercâmbio entre líderes parlamentares para ajudar os parlamentos a se adaptarem às novas medidas de proteção, sem precedentes, implementadas para mitigar as crises de saúde. Em [abril](#) e [maio](#), foram realizadas reuniões virtuais com parlamentos latino-americanos e caribenhos para compartilhar práticas de organização de sessões parlamentares virtuais e trabalhos de comissões para garantir que os parlamentos possam continuar funcionando seguindo as recomendações nacionais e internacionais para mitigar a propagação do COVID-19.

O ParlAmericas publicou um [relatório preliminar](#) sobre o papel do parlamento no contexto do COVID-19. Esse relatório forneceu aos parlamentares uma visão geral das primeiras implicações socioeconômicas e de saúde pública, bem como recomendações para adaptar as funções parlamentares ao distanciamento social. O ParlAmericas também divulgou dois relatórios com a organização parceira *Directorio Legislativo* sobre o desafio de adaptar e fortalecer o papel dos parlamentos durante o COVID-19, descrevendo experiências de transição de métodos e agendas de trabalho legislativo para a nova realidade. O primeiro desses relatórios forneceu uma análise na perspectiva do [parlamento aberto](#) e o segundo na perspectiva da [igualdade de gênero](#).

O ParlAmericas continua a apoiar os esforços de adaptação parlamentar, facilitando o intercâmbio de boas práticas e recursos de conhecimento entre os parlamentos membros que inspiram a modernização contínua de suas operações. A adaptação e modernização parlamentares são essenciais para responder de forma eficaz às necessidades únicas apresentadas pela crise atual do COVID-19 e outros desafios em evolução para a governança democrática, como a desinformação.

Inclusão e participação cidadã



O Compromisso de Lima sublinha a importância de promover campanhas de conscientização pública e participação cidadã para a prevenção e luta contra a corrupção e a impunidade (*compromisso 5*). Além disso, reconhece especificamente as contribuições dos povos indígenas e seus valores e princípios tradicionais, bem como as contribuições das comunidades afrodescendentes, para melhorar a eficiência, eficácia e transparência da administração pública, aumentando a conscientização em favor da luta contra a corrupção (*compromisso 6*). O Compromisso também observa a necessidade de melhorar as condições para a participação efetiva da sociedade civil, organizações sociais, academia, setor privado, cidadãos e cidadãs e outros atores sociais no monitoramento da administração governamental como forma de fortalecer os sistemas nacionais anticorrupção (*compromisso 13*).

A participação cidadã significativa nos parlamentos é um dos quatro pilares do Parlamento Aberto e está presente em toda a programação e trabalho do ParlAmericas. Os parlamentos das Américas e do Caribe continuam trabalhando para melhorar as oportunidades de participação cidadã no processo legislativo, e os legisladores, por meio de suas funções de representação e supervisão executiva, podem ser um canal importante por meio do qual os cidadãos podem informar as políticas públicas de maneira mais ampla.

Na reunião parlamentar no âmbito da Cúpula de Lima, o ParlAmericas lançou o [Kit de Ferramenta sobre Participação Cidadã no Processo Legislativo](#), que apresenta uma seleção de boas práticas legislativas para envolver a cidadania no trabalho parlamentar e fornece recomendações para estabelecer espaços seguros para a participação de pessoas tradicionalmente marginalizadas povos e grupos. Este kit de ferramentas descreve como a participação cidadã pode contribuir para fortalecer a inteligência coletiva para produzir avaliações mais robustas dos possíveis impactos das ações legislativas e como a incorporação de diversas considerações ao longo do processo legislativo pode ajudar a alcançar melhores resultados.

Com o objetivo de desenvolver e institucionalizar práticas participativas na elaboração de políticas públicas sobre o tema, o Compromisso de Lima toma nota da necessidade de promover planos e políticas sobre Governo Aberto (*compromisso 14*). O ParlAmericas também é membro fundador da [Rede Global de Parlamento Aberto](#) (OPeN por suas siglas em inglês)¹. A OPeN tem sido aliada da Aliança para o Governo Aberto (OGP por suas siglas em inglês) para conscientizar os parlamentos das Américas e do Caribe sobre a OGP, promover o controle parlamentar dos planos e políticas de governo aberto e defender o reconhecimento de iniciativas, políticas, compromissos e planos de parlamento aberto no âmbito da OGP. Essa rede global atua em diversas regiões do mundo para apoiar esforços parlamentares vinculados a processos de cocriação de planos e compromissos com organizações e ativistas locais e para implementar iniciativas específicas relacionadas aos pilares do Parlamento Aberto (transparência e acesso à informação, prestação de contas, participação cidadã e ética e probidade). Desde 2018, 11 parlamentos membros do ParlAmericas registraram 39 novos compromissos de parlamento aberto de participação cidadã por meio da [Ferramenta de Compromisso de Parlamento Aberto do ParlAmericas](#).

Igualdade de gênero



O Compromisso de Lima promove a equidade e igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres como um objetivo transversal das políticas anticorrupção (*compromisso 7*) e estabelece que as medidas de acompanhamento devem promover o progresso na equidade e igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres (*compromisso 55*).

A corrupção tem impactos diferenciados sobre os indivíduos com base em seu gênero, e as desigualdades de gênero subjacentes permitem que certos crimes ou tipos de crimes, como extorsão sexual, floresçam. Além disso, [relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento](#) (PNUD) mostraram que as mulheres tendem a fazer parte dos setores mais pobres da sociedade, fazendo com que a corrupção afete desproporcionalmente seu acesso a serviços públicos essenciais, incluindo o acesso à justiça e à segurança. Em um sistema corrupto profundamente arraigado, as pessoas com maiores recursos materiais são mais propensas a pagar subornos para acessar serviços básicos. No entanto, as mulheres nem sempre são consideradas nas reformas anticorrupção e no estabelecimento de políticas públicas, ou frequentemente participam de grupos de trabalho, mas suas vozes e contribuições não são igualmente reconhecidas.

As mulheres estão sub-representadas em posições de poder e tomada de decisão no combate à corrupção, limitando assim a inclusão de suas experiências e conhecimentos na formulação de soluções políticas. Integrar a igualdade de gênero nas reformas anticorrupção significa avaliar as implicações de qualquer ação planejada para mulheres e homens e garantir que o desenho, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas reflitam quaisquer necessidades e preocupações diferenciadas. Isso, por sua vez, garante resultados mais equitativos para todos os membros da sociedade. O orçamento sensível ao gênero pode ajudar a equilibrar a disponibilidade de recursos para medidas anticorrupção para combater as formas de corrupção que afetam desproporcionalmente as mulheres. Dados desagregados por sexo e outros fatores demográficos são essenciais para decisões políticas baseadas em evidências sobre as implicações de gênero da corrupção.

Os parlamentares têm o papel crítico de desenvolver e adotar reformas legislativas anticorrupção e na supervisão da política do governo, portanto, é importante não apenas ter uma representação igualitária de mulheres nas legislaturas, mas também que todos os legisladores entendam como integrar o gênero em suas políticas legislativas e responsabilidades de supervisão. Como

¹ Composto pelo Diretório Legislativo, pela Rede Latino-americana de Transparência Legislativa, pelo ParlAmericas, pelo Instituto Nacional Democrata (NDI), pelo Escritório de Instituições e Direitos Humanos da OSCE e pela Fundação Westminster para a Democracia (WFD).

representantes dos cidadãos, os parlamentares têm o dever de envolver os cidadãos, incluindo mulheres de várias origens socioeconômicas, no processo legislativo para garantir que seus pontos de vista sejam considerados nas iniciativas legislativas para combater a corrupção e abordar as desigualdades sociais que podem exacerbar a corrupção.

Gestão Efetiva de Recursos Públicos em Resposta a Desastres



O imperativo de promover a transparência na gestão da infraestrutura e dos recursos públicos para a resiliência a desastres - incluindo políticas de resposta a emergências e projetos de prevenção, mitigação, recuperação e reconstrução - e a promoção da coordenação hemisférica por meio da Plataforma Regional para Redução de Riscos de Desastres nas Américas foram precisamente integrados no Compromisso de Lima (*Compromisso 31*).

As múltiplas crises que enfrentamos incluem recessões econômicas, desigualdades exacerbadas na região, um aumento contínuo das emissões e um aumento do risco de eventos naturais e da mudança climática que podem se transformar em verdadeiros desastres se os Estados não planejarem e não implementarem políticas adequadas para administrarem estas situações. Para aumentar a resiliência geral, os estados devem ter as ferramentas e recursos adequados para compreender o risco de desastres e criar planos holísticos de gerenciamento de desastres. As e os parlamentares, cujo papel representativo faz com que se vinculem inextricavelmente à cidadania perante a qual são responsáveis, e também possuem um papel fundamental a ser desempenhado, no sentido de prestarem contas às suas comunidades para que se envolvam no planejamento.

Para dar seguimento a este compromisso, em 2019 o ParlAmericas, por meio do trabalho de sua [Rede Parlamentar de Mudança Climática](#) (RPMC), desenvolveu junto com o Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNDRR) um [Protocolo parlamentar para a redução do risco de desastres e para a adaptação à mudança climática](#). Este protocolo trata de recomendações para a governança de risco de desastres, com o entendimento de que uma parte importante do esforço para reduzir os impactos está em como os países integram a redução do risco de desastres nos quadros nacionais e locais, leis, regulamentos e políticas públicas que ajudam os setores público e privado a avançarem na governança de risco, ou seja, como fortalecerem suas instituições, mecanismos, quadros regulatórios e legais e outras provisões que visam orientar, coordenar e supervisionar a redução do risco de desastres e políticas públicas relacionadas. Este protocolo afirma que o [Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030](#) é explícito ao delinear o papel das e dos parlamentares na promoção de legislação nova ou emendada, monitorando e supervisionando as ações do executivo nesta área e estabelecendo alocações orçamentárias voltadas para a construção de sociedades resistentes a desastres. Tal legislação deve incorporar componentes de transparência e participação na governança de desastres. Desta maneira, não só se busca a efetividade e a inclusão ao serem determinadas estas políticas, que podem afetar ou proteger a as comunidades, mas também facilitar o monitoramento cidadão, que pode, ademais, constituir uma ferramenta para prevenir a corrupção.

Força-Tarefa Interamericana sobre Empoderamento e Liderança das Mulheres

No âmbito da VIII Cúpula, o ParlAmericas tornou-se membro fundador, juntamente com outras agências e organizações, da [Força-Tarefa Interamericana sobre Empoderamento e Liderança das Mulheres](#),² para apoiar a aceleração do progresso regional em direção ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5.5, "Garantir a participação plena e efetiva e oportunidades iguais de liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública." A Força-Tarefa funciona como um mecanismo de coordenação que reforça compromissos e estratégias para promover o empoderamento e a liderança das mulheres.

2 Os membros da Força-Tarefa incluem a Organização dos Estados Americanos por meio da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Comissão Interamericana Banco de Desenvolvimento (BID), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), ParlAmericas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ONU Mulheres, Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), Agência Internacional IDEA e duas organizações da sociedade civil: Caribbean Women in Leadership (CIWiL) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM).

Considerações finais

A corrupção, como outros desafios críticos enfrentados pelo hemisfério, tem implicações que transcendem as fronteiras nacionais, exigindo cooperação e uma visão regional compartilhada. Apesar dos significativos esforços e avanços alcançados nos países das Américas e do Caribe, a corrupção persiste como um dos problemas mais graves enfrentados por nossas democracias. Os atores parlamentares são decisivos no processo de desenvolvimento de soluções devido às suas múltiplas responsabilidades democráticas e às plataformas de que dispõem.

Antes da IX Cúpula das Américas em junho de 2022, com o tema “Construindo um futuro sustentável, resiliente e equitativo”, os esforços anticorrupção continuarão sendo uma prioridade transversal, dada sua pertinência para alcançar o fortalecimento democrático, o desenvolvimento sustentável, e prosperidade e equidade para todos os cidadãos do hemisfério.

O ParlAmericas continuará cumprindo seu mandato como convocador parlamentar no âmbito da Cúpula e orientando seu trabalho interparlamentar em apoio à implementação dos compromissos decorrentes dos processos da Cúpula.



Secretaria Internacional do ParlAmericas
703 - 155 Queen St., Ottawa, Ontario, K1P 6L1 Canadá
Telefone: + 1 (613) 947-8999
www.parlamericas.org | info@parlamericas.org

